

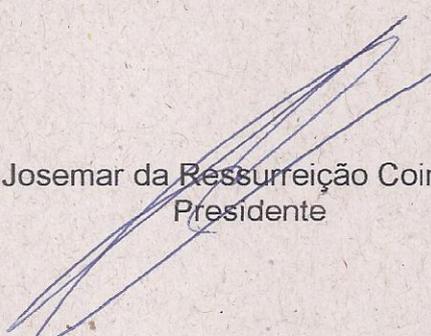
1 **ATA DA 20ª REUNIÃO DO DIRETÓRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO**
2 **MÉDIO PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS DO ANO DE DOIS MIL E DOZE**, realizada no dia 05
3 de Julho de 2012, no IFRJ Campus Nilo Peçanha, situado no município de Pinheiral - RJ, com
4 a presença de membros do Diretório do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul
5 e convidados (conforme relação de presença no final desta ata) e justificadas as ausências,
6 conforme relação também apresentada no final desta ata. Teve início a reunião presidida pelo
7 Presidente do CBH-MPS. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) leu a pauta da
8 reunião com a seguinte **Ordem do dia: 1. Abertura, 2. Aprovação da ata da 19ª Reunião de**
9 **Diretório; 3. Editais para aplicação de recursos da sub-conta do FUNDRHI; 4. Questionário de**
10 **avaliação AGEVAP x CBH-MPS; 5. Assuntos Gerais e 6. Encerramento.** **Item 2.** Após a leitura,
11 a ata da 19ª Reunião de Diretório do CBH-MPS foi aprovada, por unanimidade. **Item 3.** A Sra.
12 Andrea Sundfeld (AGEVAP) informou que foi recebida pela AGEVAP a carta nº 186/2012,
13 enviada pelo CBH-MPS solicitando a confecção de editais normativos para aplicação de
14 recursos da sub-conta do FUNDRHI, e que pela hierarquização estabelecida nessa carta, a
15 ação de "coleta e tratamento de esgoto doméstico" ficou classificada em primeiro lugar.
16 Esclareceu que o recurso disponível é de aproximadamente R\$ 430.000,00 (quatrocentos e
17 trinta mil reais). Para tanto, indicou que a AGEVAP propõe a elaboração de um documento
18 denominado *edital de chamamento*, convidando prefeituras e instituições a apresentarem
19 propostas, a intenção de ser beneficiada com esse investimento. Explicou que o Edital de
20 Chamamento consiste em o interessado apresentar uma carta de intenção / apresentação
21 daquela obra, e ressaltou que esta modalidade de edital facilita e torna o procedimento mais
22 ágil. Esclareceu que haverá a criação de critérios pelo Comitê juntamente com a AGEVAP
23 definindo quais municípios receberão prioritariamente os recursos. Sugeriu que no caso de
24 recursos para saneamento, seria pertinente a abertura do chamamento para os municípios da
25 região do Médio Paraíba para posteriormente elaborar a hierarquização dos municípios
26 interessados, por ser um recurso exíguo. Comentou que no caso da ação "coleta e tratamento
27 de esgoto doméstico" a elaboração de edital de chamamento seria relativamente simples, mas
28 que para as demais ações a AGEVAP precisará de um maior detalhamento sobre onde e como
29 serão executadas para a elaboração do documento e para a definição da aplicação do recurso
30 na modalidade. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) esclareceu que o Caderno de Ações traz
31 algumas dessas delimitações, e comunicou que a preocupação do Comitê é trabalhar mais a
32 área rural e a recuperação de nascentes, nos moldes do PSA (Programa de Pagamento por
33 Serviços Ambientais). A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) perguntou se já existe algum local
34 escolhido, como uma microbacia, por exemplo. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA)
35 respondeu que ainda não há local escolhido, pois é necessária uma visão geral da bacia sobre
36 abastecimento de água, preservação e conservação de recurso hídrico. A Sra. Andrea
37 Sundfeld (AGEVAP) ressaltou a importância de se fazer um detalhamento de acordo com as
38 intenções do Comitê. O Sr. Jaime Teixeira Azulay (CEDAE) arguiu que o recurso disponível é
39 muito pequeno, e que antes de qualquer coisa o Comitê deveria se reunir com informações
40 como o IDH da região para hierarquizar os municípios mais carentes levando-se em conta a
41 qualidade da água e a deficiência em saneamento, para assim partir dos municípios pequenos
42 e fazer uma programação por escala, como um cronograma físico para evitar o agendamento
43 de diversas reuniões e assim agilizar o procedimento. Utilizou como exemplo o fato de a
44 CEDAE ter recebido recurso de valor aproximado a quatorze milhões para elaborar trabalho
45 similar, e explicou que se deixar para as prefeituras da bacia do quando fazerem, elas não
46 teriam *expertise* de iniciar o projeto rapidamente, antes de dois anos. Sugeriu que deveria ser
47 elaborado um modelo operacional para que fique tudo encaminhado, aguardando somente o
48 recurso. Enfatizou que além do IDH o índice de poluição deve ser considerado, pois às vezes o
49 IDH é pequeno, mas a poluição não é compatível e como o Comitê trabalha na gestão da
50 qualidade da água, deve vislumbrar essas características, e ressaltou a importância da
51 outorga. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) agradeceu a colaboração do Sr.
52 Jaime Teixeira Azulay (CEDAE) e informou que suas colocações serão levadas em
53 consideração na decisão do Comitê. A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) informou que ano
54 passado a ANA emitiu uma nota técnica em relação a Bacia do Rio Paraíba do Sul como um
55 todo e ficou constatado que 5 municípios da bacia impactavam negativamente a qualidade da

56 água e que precisaria de um empenho em outorga e enquadramento. Comunicou que essa
57 nota técnica chegou ao CEIVAP e foi deliberado um recurso de aproximadamente um milhão
58 para elaborar o projeto executivo dos 5 municípios, então baseado nisso estão trabalhando
59 com uma média de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a elaboração de projeto executivo
60 para saneamento. E que a intenção é criar uma espécie de escritório de projetos
61 especialmente para saneamento. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) questionou o
62 custo desse escritório de projetos. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comentou que o INEA
63 contratou uma empresa para este fim e enviou uma carta ao Comitê disponibilizando esse
64 escritório de projetos. O Sr. Flavio Cruz Sobreira (AGEVAP) complementou o comentário da
65 Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) esclarecendo que a SEA possui um escritório de projeto para
66 a elaboração de Termo de Referência, e que ofereceram devolver em 30 dias no máximo
67 termos de referência para até três municípios, e posteriormente esse Termo de Referência
68 seria encaminhado para a AGEVAP realizar a contratação. Quanto a ação de saneamento
69 básico, a Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) perguntou se o recurso deliberado para esta ação
70 envolve desde a contratação até o acompanhamento, ou se este valor está definido em algum
71 orçamento. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) demonstrou na Resolução CBH nº 15/2011 a
72 destinação do recurso de R\$ 438.700,94 (quatrocentos e trinta e oito mil setecentos reais e
73 noventa e quatro centavos), indicando estarem inclusos todos os desembolsos necessários. A
74 Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) informou que desta forma facilita caso seja necessário o
75 acesso da AGEVAP para o gasto com acompanhamento da execução do serviço. O Sr. Jaime
76 Teixeira Azulay (CEDAE) comentou que este acompanhamento deve ser realizado pelo
77 Comitê, e que não caberia a AGEVAP a contratação de uma empresa para realizar este
78 acompanhamento, pois em sua opinião seria pagar em duplicidade. A Sra. Andrea Sundfeld
79 (AGEVAP) explicou que não seria o caso de pagar em duplicidade, e esclareceu que estava
80 questionando se o serviço de acompanhamento já estava incluído no recurso disponibilizado
81 para a ação. O Sr. Flavio Cruz Sobreira (AGEVAP) esclareceu ao Sr. Jaime Teixeira Azulay
82 (CEDAE) que o recurso estipulado no contrato da AGEVAP é destinado ao serviço de
83 secretaria, e não para o acompanhamento de projetos, e ressaltou a importância do
84 acompanhamento na execução de projetos em vistas à impossibilidade técnica para tanto. O
85 Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) complementou alegando que também possui
86 ressalvas quanto a capacidade técnica da AGEVAP e da Caixa Econômica Federal para o
87 acompanhamento na execução de projetos, exemplificou com um caso concreto e ressaltou a
88 importância de um especialista da área para realizar este tipo de acompanhamento. A Sra.
89 Andrea Sundfeld (AGEVAP) comunicou que a AGEVAP não possui em seu corpo técnico
90 especialistas para muitos dos programas hierarquizados pelo Comitê, e exemplificou com a
91 ação "Geração de mapas cartográficos", em que provavelmente terá de ser contratado um
92 profissional ou empresa para executar a ação. O Sr. Jacques (UERJ) sugeriu a possibilidade
93 da atuação de membros do próprio comitê na execução dessas ações por meio da realização
94 de convênios com as universidades. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) ressaltou que
95 a realização dos convênios sugeridos pelo Sr. Jacques (UERJ) geraria um custo muito menor
96 para o Comitê. Acrescentou comentando que quando trabalhava na Light a parceria com
97 universidade trouxe soluções para problemas muito complicados. O Sr. Josemar da
98 Ressurreição Coimbra (UGB) chamou a atenção para o fato de antes de qualquer coisa nesse
99 tema se pesquise as ações do INEA na área para não realizar trabalhos em duplicidade. A Sra.
100 Andrea Sundfeld (AGEVAP) concluiu que para as ações de saneamento a AGEVAP teria um
101 trabalho mais estruturado a ponto de rapidamente elaborar um Edital de Chamamento, e assim
102 com o apoio do INEA, se este for o caminho, já teria os Termos de Referência para a
103 contratação da empresa que irá executar a elaboração do projeto executivo, e com este em
104 mãos, as prefeituras já conseguiriam angariar recursos de outras fontes para a execução da
105 obra, talvez até mesmo do PRODES. O Sr. Flavio Cruz Sobreira (AGEVAP) sugeriu que o
106 Comitê soltasse o Edital de Chamamento perguntando qual município teria interesse, e
107 apresentou o e-mail enviado pela Sra. Lorena com os questionamentos para a elaboração do
108 Termo de Referência, solicitando a relação dos municípios a serem contemplados, o valor
109 aproximado disponível para a ação, e dizendo que a SEA irá preparar o Termo de Referência e
110 a AGEVAP irá licitar e contratar o projeto, tudo de forma simples. A Sra. Vera Lúcia Teixeira

111 (NVNV) propôs que o Comitê elabore uma carta fazendo o chamamento e envie para os 19
112 municípios para que estes manifestem interesse, e com a resposta dos municípios
113 interessados, seja realizada uma análise técnica em uma reunião conjunta entre Diretório e a
114 Câmara Técnica. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) ressaltou a importância de
115 escolher bem os contatos para o qual a carta será destinada, e sugeriu que se o município
116 possui representante no Comitê, que a carta seja enviada para esta pessoa. O Sr. Josemar da
117 Ressurreição Coimbra (UGB) concordou com a sugestão do Sr. Waldemiro B. de Andrade
118 (IPANEMA). O Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR) comentou é importante que neste
119 momento o Comitê auxilie os municípios a acessarem recursos para atenderem a demanda do
120 esgotamento sanitário e investimentos para projeto executivo. A Sra. Andrea Sundfeld
121 (AGEVAP) esclareceu que se o Comitê puder auxiliar algum município na questão da
122 contrapartida para entrar no PRODES, por exemplo, ele alavanca o município, e ressaltou que
123 o mais difícil é o município ter o projeto. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) relembrou a ideia
124 do Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) de visitar os municípios e argumentou que
125 neste caso seria interessante para estreitar a relação entre o Comitê e os municípios. A Sra.
126 Andrea Sundfeld (AGEVAP) questionou como estava disposto o recurso destinado para as
127 ações de saneamento. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) respondeu que o recurso está
128 dirigido a ações de saneamento de forma geral. A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) esclareceu
129 que neste caso deveria ser enviada ao INEA uma carta informando a porcentagem do recurso
130 que será destinada para contratação, acompanhamento e fiscalização, já que não está
131 especificado na resolução, pois no ato licitatório todo este processo deve estar limitado, por
132 isso a importância da carta. Voltando as ações hierarquizadas, comentou que para "ações de
133 recuperação e proteção de áreas de preservação permanente" acredita que a medida a ser
134 adotada seja o PSA, e perguntou para quem seria o curso de capacitação técnica, solicitando
135 informações como especificações do curso, público alvo e temas, que devem ser definidos pelo
136 Comitê. Salientou que a ação de "geração de mapas cartográficos e temáticos" terá de ser
137 exercida por um técnico específico, e que demandaria um maior detalhamento por parte do
138 Comitê. O Sr. Waldemiro B. de Andrade (IPANEMA) acrescentou que esse é um trabalho muito
139 interessante para universidades. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) explicou para a Sra.
140 Andrea Sundfeld (AGEVAP) que o caderno de ações possui o detalhamento de algumas
141 ações. A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) perguntou de que forma será realizado o
142 investimento, se através da contratação de uma empresa ou de um termo de cooperação. Para
143 o programa de educação ambiental, a Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) sugeriu utilizar um
144 programa de educação ambiental do próprio Estado e abrir participação para as entidades dos
145 19 municípios. Explicou que o Comitê entraria com a contrapartida e o Estado com todo o
146 material de apoio, e sugeriu a realização de um convênio do Comitê com o Estado, e informou
147 que inclusive já apresentou esse Termo de Referência em uma reunião do CBH-MPS. A Sra.
148 Andrea Sundfeld (AGEVAP) questionou qual área seria atendida pelo Edital de Chamamento.
149 Os membros presentes responderam que seria toda a região do Médio Paraíba. A Sra. Andrea
150 Sundfeld (AGEVAP) explicou brevemente aos membros presentes questões acerca do PSA, e
151 comentou que o dinheiro público aplicado à propriedade particular demanda cuidados, e que o
152 PSA está sendo um dos mecanismos desenvolvidos para tal. Informou que o PSA estimula o
153 produtor rural a manter e restaurar a área protegida. A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP)
154 informou que o programa de mobilização participativa também deverá ser melhor detalhado
155 pelo Comitê. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) questionou aos membros se eles concordam
156 com a utilização do PSA. Os membros presentes concordaram. A Sra. Vera Lúcia Teixeira
157 (NVNV) sugeriu à Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) que fosse realizada uma apresentação ao
158 CBH-MPS sobre o PSA, indicando o conceito de PSA, como funciona, a abrangência, e o
159 esboço de cronograma. O Sr. Evandro da Silva Batista (PMVR) discorreu sobre o modelo de
160 PSA utilizado no Comitê Guandu. A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) comentou que implantar
161 um sistema de recuperação na bacia como um todo seria uma área muito extensa, e sugeriu a
162 indicação de uma microbacia prioritária, e sugeriu a destinação de parte do recurso de R\$
163 600.000,00 para o estudo de áreas prioritárias para a aplicação do PSA, pois as informações
164 do CEIVAP encontram-se desatualizadas. A Sra. Vera Lúcia Teixeira (NVNV) comentou que se
165 as informações estiverem muito defasadas, essa destinação seria uma opção. Ficou decidido

166 que na próxima reunião plenária do CBH-MPS o Edital de Chamamento será explicado aos
167 membros do CBH-MPS, e após o recebimento das propostas, haverá uma reunião conjunta
168 entre Diretório e Câmara Técnica para a análise técnica dessas solicitações, onde poderá se
169 estudar a questão da área prioritária. **Item 4.** A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) explicou que o
170 formulário da avaliação foi elaborado por uma empresa que trabalha com questionários e
171 pesquisa de opinião. O formulário foi distribuído para que fosse realizada a avaliação individual
172 de cada membro presente. **Item 5.** O Sr. Jaime Teixeira Azulay (CEDAE) entregou ao Sr.
173 Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) o Ofício CEDAE-GP nº 858/012 indicando o Sr.
174 Sandro Arantes Drumond Coutinho (CEDAE) como seu substituto na Vice-presidência do
175 Diretório do CBH-MPS no Biênio 2011-2013, e realizou um discurso de despedida
176 agradecendo a todos. O Sr. Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB) agradeceu a
177 participação do Sr. Jaime Teixeira Azulay (CEDAE) e declarou que a sua experiência foi de
178 grande valor para o Comitê. A Sra. Andrea Sundfeld (AGEVAP) prestou informações acerca da
179 contratação do Planejamento Estratégico do CBH-MPS e comentou sobre a oficina realizada
180 no Comitê Piabanha pela empresa Detzel Consulting. Nada mais havendo a tratar, foi
181 encerrada a reunião pelo Presidente do CBH-MPS, Sr. Josemar Coimbra (UGB), tendo a
182 presente Ata sido lavrada por mim, Cíntia Rodrigues Suetti, Auxiliar Administrativa da AGEVAP
183 UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pelo Presidente do CBH-MPS Sr. Josemar da
184 Ressurreição Coimbra (UGB).

185
186
187 Pinheiral, 05 de Julho de 2012.

188
189
190 
191 Josemar da Ressurreição Coimbra
192 Presidente
193
194

195 **Lista de Presença:**

196
197 **Membros representantes do Poder Público:** Sérgio Alves (INEA); Mozart C. M. Netto
198 (AMAR)

199
200 **Membros representantes dos Usuários:** Márcia Cinira Neves (SAAE-VR); Jaime Teixeira
201 Azulay (CEDAE)

202
203 **Membros representantes da Sociedade Civil:** Josemar da Ressurreição Coimbra (UGB);
204 Vera Lúcia Teixeira (O Nosso Vale! A Nossa Vida!)

205
206 **Lista de Presença de Convidados:** Sandro A. D. Coutinho (CEDAE); Waldemiro B. de
207 Andrade (IPANEMA); Evandro da Silva Batista (PMVR); Jacques Fernandes Dias (UERJ);
208 Andrea Sundfeld (AGEVAP); Cíntia Suetti (AGEVAP – UD1); Flávio Sobreira (AGEVAP – UD1);
209 Cristiana do Couto Miranda (IFRJ).

210
211 **Ausências Justificadas por telefone / e-mail:**